

EDITAL - RETIFICADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023 EXCLUSIVO ME/EPP

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no C.N.P.J sob o nº 32.765.885/0001-06, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 46 de 01 de Junho de 2023, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRONICA 01/2023, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIOS EM GERAL, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS que atenderão as necessidades da Câmara Municipal de Boquim/SE, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 104, de 17 de março de 2020 e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1.1.O certame será realizado através do site www.licitanet.com.br , nas datas e horários indicados a seguir:

Abertura das propostas: às 08h:30min do dia 20/07/2023 (vinte do sete de dois mil e vinte etrês) - horário de Brasília;

<u>Início da sessão de disputa de preços</u>: às 09h:00min do dia **20/07/2023** (vinte do sete de dois mil e vinte e três) - horário deBrasília.

2. DO OBJETO

- **2.1.** O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIOS EM GERAL**, **MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS**, **APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS** que atenderão as necessidades da Câmara Municipal de Boquim/SE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- **2.2.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.
- **2.3.** O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- **3.1.** As despesas oriundas do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados nos respectivos Orçamentos de 2023, com dotação suficiente, obedecendo àclassificação pertinente:
 - UO: CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM;
 - AÇÃO: 1002 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIOS E VEÍCULOS;
 - CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
 - FR: 15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

4. DO CREDENCIAMENTO



- **4.1.** Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.licitanet.com.br.
- **4.2.** Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave deidentificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruçõesdetalhadas para sua correta utilização.
- **4.3.** Os interessados em se credenciar no site e poderão obter maiores informações na página <u>www.licitanet.com.br</u>, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal.
- **4.4.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome nosistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- **4.5.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a **CÂMARA MUNCIPAL DE BOQUIM/SE**, responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **4.6.** O credenciamento junto ao LICITANET implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- **4.7.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloquejo de acesso.
- **4.8.** O Pregão será conduzido pelo pregoeiro da **CÂMARA MUNCIPAL DE BOQUIM/SE**, com apoio técnico e operacional do LICITANET, que atuará como provedor do sistema eletrônicopara esta licitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

- **5.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com oobjeto desta licitação, e que estejam previamente credenciados no sistema www.licitanet.com.br:
- **5.2.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 5.3. Conforme preceitua o art. 48, I, da Lei Complementar n. 123/06, com a redação dada pela Lei Complementar n. 147, de 07 de agosto de 2014, neste procedimento licitatório participarão exclusivamente microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte(EPPs).
- **5.4.** Não poderão participar desta licitação os interessados:
- **5.4.1.** 5.4.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma dalegislação vigente;
- **5.4.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- **5.4.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos parareceber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- **5.4.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- **5.4.5.** Que estejam sob falência concurso de credores, concordata ou em processo de dissoluçãoou liquidação;
- **5.4.6.** Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- **5.4.7.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição(Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- **5.5.** Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em compo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- **5.5.1.** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- **5.5.2.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- **5.5.3.** que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- **5.5.4.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências



posteriores;

- **5.5.5.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
- **5.5.6.** que a proposta foi elaborada de forma independente;
- **5.5.7.** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- **5.5.8.** que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- **5.6.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **6.1.** Os licitantes deverão enviar/anexar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantementecom os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, preços e **prospectos** (**conforme Modelo de Proposta Comercial anexo V do edital**) até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessas documentações.
- **6.1.1.** A documentação de habilitação **preferencialmente** deverá ser apresentada, sob a forma de autenticação digital, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.
- **6.1.2.** Os prospectos deverão ser anexados por meio de catálogo técnico, folder ou documento quepermita visualizar as características dos produtos ofertados e a sua compatibilidade com o objeto em **site oficial.**
- **6.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- **6.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1° da LC nº 123, de 2006.
- **6.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- **6.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- **6.6** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- **6.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO E ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA

- **7.1.** Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico <u>www.licitanet.com.br</u> e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereçoacima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 7.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de suaexclusiva responsabilidade



o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

- 7.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- **7.3.** O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento,no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- **7.3.1.** Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;
- **7.3.2.** Conter descrição clara e detalhada do material ofertado, indicando **nome, marca, modelo e prospectos,** bem como outros elementos que melhor os identifiquem (conforme o caso e a aplicação), e os produtos deverão ter certificação dos órgãos de qualidade e/ou de outros órgãos de fiscalização competentes, quando couber;
- **7.3.2.1.** A comprovação do atendimento às características técnicas especificadas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, dar-se-á por meio de catálogo técnico, folder ou documento que permita visualizar as características dos produtos ofertados e a sua compatibilidade com o objeto em **site oficial**, que deverá ser anexado ao sistema junto à proposta de preços.
- **7.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.
- **7.5.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.
- **7.6.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60** (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- **7.6.1.** As propostas omissas serão reputadas válidas pelo prazo indicado neste subitem;
- **7.7.** O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações** *online*, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:
- 7.7.1. <u>Declaração para os devidos fins legais que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de</u> habilitação e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;
- 7.7.2. <u>Declaração para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente de obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.</u>
- 7.7.3. <u>Declaração para os devidos fins legais, conforme o disposto no inciso V do art. 27 da lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menorde dezesseis anos.</u>
- **7.7.4.** <u>Declaração que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019.</u>
- 7.7.5. Declaração de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que para os devidos fins legais, sem prejuízos das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP conforme Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declara conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.
- **7.7.5.1.** A indicação do campo "não" apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificadacomo microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 7.8. As declarações exigidas neste edital, além de assinaladas no sistema, deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e com os documentos de habilitação, conforme modelos Anexos II, III e IV.
- **7.9.** Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas no **item 20** deste Edital.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- **8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico,na data, horário e local indicado neste Edital.
- **8.2.** A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as



especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

- **8.3.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- **8.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- **8.5.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **8.6.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estasparticiparão da fase de lances.
- **8.7.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
- **8.8.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- **8.9.** O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário do item**.
- **8.10.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário io fixado para aberturada sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- **8.11.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- **8.12.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relaçãoaos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$5,00** (**cinco reais**).
- **8.13.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- **8.14.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutosdo período de duração da sessão pública.
- **8.15.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- **8.16.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- **8.17.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderáa pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- **8.18.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- **8.19.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, dovalor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- **8.20.** No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, osistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- **8.21.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatrohoras da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- **8.22.** O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- **8.23.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- **8.24.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aqueleprevisto nos Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitanteque atenda a primeira hipótese.
- **8.25.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.



- **8.26.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, paraque seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- **8.27.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- **8.28.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$5,00** (cinco reais).
- **8.29.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- **8.30.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutosdo período de duração da sessão pública.
- **8.31.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- **8.32.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- **8.33.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderáa pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- **8.34.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- **8.35.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, dovalor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- **8.36.** No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, osistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- **8.37.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatrohoras da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- **8.38.** O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- **8.39.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- **8.40.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aqueleprevisto nos Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitanteque atenda a primeira hipótese.
- **8.41.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- **8.42.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, paraque seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- **8.43.** A negociação será realizada por meio do sistema, o qual terá o **prazo de 10 (dez)minutos para aceitação**, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **8.44.** Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- **8.45.** A Pregoeira quando necessário convocara o licitante no chat, para assumir o 2° ou demais colocados, ou negociar redução de valor, o mesmo terá o tempo de **30** (**trinta**) para responder no chat.



9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- **9.1.** Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeirolugar quanto à adequaçãoao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 20 do Decreto n.º 16/2019.
- **9.2.** Será **DESCLASSIFICADA** a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- **9.3.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedadedo próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- **9.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidadee a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- **9.5.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas aosaneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- **9.6.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02** (**duas**) **horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- **9.7.** É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentadafeita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- **9.8.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena denão aceitação da proposta.
- **9.9.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- **9.9.1.** O pregoeiro convocará **no chat** o próximo classificado, o qual deverá responder no prazo de **30 (trinta) minutos**, quanto a sua aceitação.
- **9.10.** Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova datae horário para a sua continuidade.
- **9.11.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitanteque apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- **9.11.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- **9.11.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **9.12.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação dolicitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO



- **10.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participaçãono certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- **a)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- **b)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php).
- **c)** Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União TCU;
- **10.1.1.** Para a consulta de licitantes: pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a", "b" e "c" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica doTCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).
- **10.1.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seusócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sançõesimpostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- **10.1.2.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresasapontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- **10.1.2.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros
- **10.1.2.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- **10.1.3.** Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- **10.1.4.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência doempate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- **10.1.5.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada,nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.
- **10.1.6.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02(duas)horas**, sob pena de inabilitação.
- **10.1.7.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- **10.1.8.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvoaqueles legalmente permitidos.
- **10.1.9.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e seo licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta



Comercial da respectiva sede;

- **10.2.2.** Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- **10.2.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- **10.2.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- **10.2.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das PessoasJurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- **10.2.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem comoo registro de que trata o art. 107 da Leinº 5.764, de 1971;
- 10.2.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 10.2.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- **10.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes/Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CGC ou CNPJ), conforme o caso (art. 29, I da Lei nº. 8.666/93);
- **10.3.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativoao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objetocontratual (art. 29, II da Lei nº. 8.666/93);
- **10.3.3.** Prova de regularidade para com as Fazendas (art. 29, III da Lei nº. 8.666/93):
- **10.3.3.1.** Certidões de regularidade de situação para com as Fazendas: **Federal**, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ou pela Secretaria da Receita Federal, conforme Portaria Conjunta PGFN/SRF nº.3, de 22/11/2005, alterada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº.1, de 19/05/2006; **Estadual**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda Estadual do respectivo do domicílioou sede do licitante; e **Municipal**, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda Municipal do respectivo do domicílio ou sede do licitante;
- **10.3.4.** Certificado de Regularidade do FGTS CRF (art. 29, IV da Lei nº. 8.666/93);
- **10.3.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante aapresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943." (NR).
- **10.3.6.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei:
- **10.3.7.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresade pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

10.4.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoajurídica, ou da execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. No caso do documento mencionado neste item não fixar prazo de validade, o mesmo será considerado 30 (trinta) dias da data de sua emissão; (Art. 31 II da Lei nº. 8.666/93).

10.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



- **10.5.1.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades, e prazos com objeto da licitação, (Art. 30, II, Lei nº. 8.666/93);
- **10.5.1.1.** A comprovação de aptidão referida no item acima será comprovada mediante àapresentação de **atestado**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.6. DAS DECLARAÇÕES:

- **10.6.1.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias **Modelo Anexo II**;
- **10.6.2.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores **Modelo Anexo III**;
- 10.6.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubree não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Modelo Anexo IV;
- **10.6.4.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante àssanções previstas em lei e neste Edital.

10.7. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ME/EPP:

- 10.7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, que fizerem uso da prerrogativa constante da Lei Complementar n° 123/06, deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação a comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, mediante Certidão expedida pela respectiva Junta Comercial, na forma do artigo 3° da Instrução Normativa n° 36, de 02de março de 2017, do Departamento de Registro Empresarial e Integração DREI, emitida no ano vigente.
- **10.7.1.1.** A indicação do campo "sim" no sistema para o uso da prerrogativa de ME/EPP não produzirá efeito se não acompanhado da Certidão exigida no item 10.7.1.

10.8. DEMAIS DISPOSIÇÕES:

- **10.8.1.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede quea licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 10.8.2. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- **10.8.3.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- **10.8.4.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- **10.8.5.** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somandoas exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assimsucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- **10.8.6.** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- **10.8.7.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante serádeclarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA (ADEQUADA)

- **11.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02** (**duas**) **horas**, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- **11.2.** Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas,rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.



- 11.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins depagamento.
- **11.4.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- **11.4.1.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, fabricante Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, vinculam a Contratada.
- **11.5.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- **11.6.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros;no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- **11.7.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- **11.8.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- **11.9.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

- **12.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer epor quais motivos, em campo próprio do sistema;
- **12.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existênciade motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenasverificará as condições de admissibilidade do recurso;
- 12.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;
- **12.4.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias paraapresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimadospara, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;
- 12.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6. Os auatos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- **13.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:
- **13.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- **13.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1° da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- **13.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- **13.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo coma fase do procedimento licitatório.
- **13.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na documentação apresentada pelo licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados atualizados.



14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- **14.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dosrecursos apresentados.
- **14.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridadecompetente homologará o procedimento licitatório.

15. DO TERMO DE CONTRATO E VIGÊNCIA

- **15.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.
- **15.2.** O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, semprejuízo das sanções previstas neste Edital.
- **15.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceiteda Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data deseu recebimento.
- **15.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 15.3. O Aceite do contrato firmado com, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- **15.3.1.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- **15.3.2.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- **15.4.** Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição decontratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- **15.5.** Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação dascondições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durantea vigência do contrato.
- **15.6.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos parahabilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 22 do Decreto Municipal nº 16/2019.
- **15.7.** O instrumento contratual poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipuladosno artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovados.
- §1º A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do fornecimento.
- §2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvoas supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, IIda lei nº 8.666/93.
- 15.8. O prazo de vigência contratual será até 31 de dezembro de 2023, contados a partir da respectiva assinatura.

16. DO REAJUSTAMENTO

16.1. Não haverá reajuste de preços durante a vigência contratual

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O recebimento objeto do fornecimento dar-se-á de acordo com o Art. 73, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei 8.666/93, com alterações posteriores;



- **17.2.** Os materiais solicitados, quando contratados, serão entregues de **forma integral**, no prazo de até **05** (**cinco**) **dias**, contados da **Emissão da Nota de Empenho** a ser emitida pela Câmara Muncipal de Boquim/SE, situada no Parque Citrícola Governador João Alves Filho, Boquim/SE, CEP 49.360-000, no seu horário de expediente das 07:00 às 13:00 horas, conforme quantitativo estipulado pela Comissão Permanente de Licitação informado no Anexo I deste Termo;
- **17.3.** Os materiais permanentes deverão ser novos, de primeiro uso, de fabricação nacional ou importada, bem como estar em perfeitas condições de uso e não possuir qualquer tipo de violação e sem qualquer ocorrência que demonstre incompatibilidade com cada produto;
- **17.4.** Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos no prazo de até **05** (**cinco**) **dias**, a contar da notificação da futura contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- **17.5.** O recebimento definitivo dos itens descritos neste projeto, não exclui a responsabilidade dafutura Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos termos do contrato.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. A CONTRATADA OBRIGA-SE A:

- **a)** A futura Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo deReferência e em sua proposta, assumindo, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes, e ainda efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo, no qual constarão as indicações referentesà: marca modelo, procedência, material empregado, e prazo de garantia ou validade;
- **b)** O faturamento acompanhado da respectiva Nota Fiscal de materiais de consumo deverá ser encaminhado à Câmara Municipal de Boquim;
- **c)** Responder por todas as despesas decorrentes dos tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre a entrega dos materiais objeto deste termo, bem como as necessárias para a completa execução do mesmo;
- **d)** Responder por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e securitárias que incidamou venham a incidir sobre a execução do objeto deste Termo de Referência, bem como as necessárias para a execução do mesmo;
- **e)** Não ter sido declarada suspensa de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Boquim, ou inidônea pela Administração Pública;
- **f)** Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais) que sejamdevidos em decorrência direta ou indireta da presente contratação ou de sua execução, serão deexclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso;
- **g)** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, no prazo de até **05** (**cinco**) **dias**, a contar da notificação da futura contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, o objeto com avarias ou defeitos.

18.2. A CONTRATANTE OBRIGAR-SE A:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- **b)** Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos materiais de consumo entregues provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos, parafins de aceitação e recebimento definitivo;
- **c)** Comunicar, quando contratado, por escrito, à Contratada, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja substituído;
- **d)** Acompanhar a entrega dos materiais para o cumprimento das obrigações da futura Contratada, através de comissão especialmente designada;
- **e)** A Administração Pública não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Termo de Referência, bemcomo por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da futura Contratada, de seusempregados, prepostos ou subordinados;
- **f)** Os pagamentos devidos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, pela Câmara Municipal de Boquim, após o recebimento dos materiais solicitados por meio de Ordem de Fornecimento, e emissão da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.



19. DO PAGAMENTO

19.1. Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante vencedor, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante apresentação das notas fiscais/faturas do fornecimento. As referidas notas fiscais deverão ser apresentadas no protocolodeste município, conforme disposto no Termo de Referência, Anexo do Edital, acompanhadas daseguinte documentação hábil à quitação: Nota fiscal; Ordem de fornecimento, com o respectivo termo de recebimento, atestada pelo setor da Secretaria demandante responsável pelo recebimento do objeto; Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal e Estadual, Receita Federal do Brasil (RFB) /Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)e FGTS.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Ao licitante e ao contratado, que incorram nas faltas previstas no Decreto Municipal nº 104/2020 que regulamenta o Pregão Eletrônico e as exigências estabelecidas neste Edital e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurada a defesa prévia, as seguintes sanções:

I - Advertência;

- II Multa, na forma prevista neste Decreto;
- III Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não excedente a 02 (dois) anos;
- IV Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III do "caput" deste artigo.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do "caput" deste artigo podem seraplicadas ao licitante e ao contratado, cumulativamente com a multa.

- **20.2.** A aplicação de Multa aos licitantes/contratados, deve ser graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:
- I 10% (dez por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa plausível aceita pela Administração, o adjudicatário não assinar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente noprazo estabelecido, ainda que não tenha havido processo de licitação;
- II 20% (vinte por cento) do valor global do empenho e/ou contrato, pela inexecução total do ajuste, e em caso de rescisão contratual por inadimplência do contratado;
- III 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato, na hipótese de inexecução parcialou qualquer outra irregularidade não abrangida pelos incisos anteriores.
- **20.3.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeita o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, que será graduada, obedecida os seguintes limites máximos:
- I 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobreo valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;
- II 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviçonão realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, por cada dia subsequente ao trigésimo.
- § 1º Nas hipóteses dos incisos I e II do "caput" deste artigo, o atraso deve ser contado em diascorridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo ajustado para a execuçãoou entrega do objeto, até o dia anterior a sua efetivação.
- § 2º A Multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas neste Decreto.
- § 3º A Multa, aplicada após regular processo administrativo, deve ser descontada da garantia do contratado faltoso.
- § 4º Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado deve responder pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidospela Administração, ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.



- **20.4.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- **20.5.** Se durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.
- **20.6.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º deagosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- **20.7.** O processamento do PAR nãointerfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- **20.8.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conformeartigo 419 do Código Civil.
- **20.9.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- **20.10.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidadeda conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- **21.1.** Até **02** (**dois**) **dias** úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- **21.1.1.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail <u>camaraboquim@hotmail.com</u> ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da sede Provisória, localizada na Rua Terêncio de Carvalho, nº 345, Centro, Boquim/SE, CEP 49.360-000.
- **21.2.** Caberá a Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **24 (vinte)** horas contados da data de recebimento da impugnação.
- **21.3.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- **21.4.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Pregoeira, até **02 (dois)** dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- **21.5.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveispela elaboração do edital e dos anexos.
- **21.6.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- **21.6.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.
- **21.6.2.** As impugnações e os seus respectivos julgamentos serão publicados no sítio <u>camaraboquim@hotmail.com</u>, para conhecimento dos interessados.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.



- **22.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realizaçãodo certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útilsubsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão ohorário de Brasília DF.
- **22.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficáciapara fins de habilitação e classificação.
- **22.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- **22.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- **22.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas ea Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- **22.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente naAdministração.
- **22.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.
- **22.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peçasque compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- **22.11.** A(s) Licitante(s) vencedora(s) fica(m) obrigada(s) a aceitar, nas mesmas condições os acréscimos ou supressões de até 25% do objeto licitado, em havendo celebração de Contrato, nos termos do §1°, artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- **22.12.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônicocamaraboquim.se.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço da sede Provisória, localizada na Rua Terêncio de Carvalho, nº 345, Centro, Boquim/SE,CEP 49.360-000, nos dias úteis, no horário das 07:00horas às 13:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- **22.13.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- **22.13.1. ANEXO I** Termo de Referência;
- 22.13.2. ANEXO II Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
- 22.13.3. ANEXO III Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- **22.13.4. ANEXO IV -** Modelo de Declaração Relativa a Trabalho de Menores;
- **22.13.5. ANEXO V** Modelo da Proposta Comercial;
- **22.13.6. ANEXO VI** Minuta do Contrato.

BOOUIM/SE, 07 DE JULHO DE 2023.

ANDRIELLE ALVES ANDRADE
MEMBRO DA CPL



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIOS EM GERAL, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS QUE ATENDERÃO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM/SE.

JUSTIFICATIVA

O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a **AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIOS EM GERAL, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS** que atenderão as necessidades da Câmara Municipal de Boquim/SE.

A aquisição dos itens descritos neste termo busca suprir as necessidades da Câmara Municipal de Boquim/SE, com o intuito de oportunizar aos servidores melhores condições de trabalho e atendimento à população através de uma reestruturação e melhoria dos mobiliários utilizados, bem como dar continuidade ao serviço assumido perante a população, além de primar pelos princípios que regem a administração pública.

OBJETIVO

Garantir a eficácia do serviço prestado, além de dar condições para a comodidade e bem estar para aqueles que desenvolvem as mais diversas atividades de cunho administrativo e legislativo junto à Câmara Municipal de Boquim/SE.

Iter ESPECIFICAÇÕ	ES DOS MATERIAIS PER	ANENTES	Preço estimado	Preço total
01	Ar Condicionado capacidade de Refrigeração 60000 BTUS - Ar Condicionado capacidade de Refrigeração 60000 BTUS TIpo SPLIT Preso Teto. com controle remolo sem fio, na cor branca, tensão 220/V trifásio, com etiqueta de Eficiência Energetica, garantia mínima de 12 meses.	03	R\$ 12.673,33	R\$ 38.019,99



	COMI	SSAO DE LICITAÇA	AO .	
02	AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT HI-WALL (SEM INSTALAÇÃO NO LOCAL): CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE 12.000 Btu's/h; somente frio: funcionamento em 220volts; máquinas novas	12	R\$ 2.337,00	R\$ 28.044,00
03	Ar condicionado: Tipo Split Frio: Cor: Branca; Eficiencia EN - Ar condicionado: Tipo Split Frio: Cor: Branca; Eficiencia ENERGETICA "A" CONTROLE REMOTO SEM FIO; Potencia: 30.000 BTUS; Certificado: INMETRO; Tensão: 220 V. Garantia minima de 12 meses.	03	R\$ 6.000,00	R\$ 18.000, 00
04	Ar Condicionado tipo Slit HI - WALL (sem instalação no local); capacidade de Refrigeração de 9.000 Btu's; somente frio; funcionamento em 220volts; máquinas novas.	03	R\$ 2.066,60	R\$ 6.199,80
05	Cortina de ar: com 150 cm de largura; com no mínimo duas velocidades; tensão de operação 220 Volts; com controle remoto sem fio; Garantia de 1 ano - Cortina de ar: com 150 cm de largura; com no mínimo duas velocidades; tensão de operação 220 Volts; com controle remoto sem fio; Garantia de 1 ano	03	R\$ 1.585,25	R\$ 4.755,75
06	Refrigerador tipo Domestico frost free de 410 L - Refrigerador tipo Domestico frost free de 410 L - linha domestica	01	R\$ 3.722,50	R\$ 3.722,50
07	Cadeira presidente giratória com braços reguláveis assento e encosto executivo com espuma injetada revestida em tecido preto.	11	R\$ 800	R\$ 8.800,00



08	Armário com duas portas em MDF com acabamento em PVC. Material em madeira MDF 25mm com perfil de PVC linha 1000. Estrutura em aço em pintura epóxi. Dimensões 95 cm x 43 cm x 159 cm	R\$ R\$ 920,68	R\$ R\$ 10.127,48
09	MESA DE TRABALHO – ESTAÇÃO EM L Mesa de Trabalho, estação em L com tampo retangular em MDF revestido de laminado melamínico, montada sobre suporte metálico com pés. Cor: Azul com Cinza ou Cinza. Dimensões e Tolerencias – Estação composta por mesa com tampo regular de 1600 x 600 mm +/- 10 mm, conexão angular 90°, mesa para computador de 1000 x 600 mm +/- 10mm, - altura: 750 mm +/- 5 mm. Gaveteiro fixo de 2 gavetas com chaves com corrediças metálicas, teclado retrátil e suporte móvel para CPU. – Para acomodação de pessoas com cadeiras de rodas (PCR) e atendimento ás exigências da ABNT NBR 9050 a mesa deve possuir altura livre sob o tampo: mínima de 730mm. – Espessura do tampo: 25,8MM +/- 0,6 mm. – Tolerâncias para camadas de tintas: Mínima 40 micrometros/máximo de 100 micrometros. CARACTERISTICAS: Tampo em MDF, com a espessura de 25mm, revestido na face inferior com laminado melamínico de alta pressão, de 0,8 mm de espessura, cor cinza, acabamento texturizado. – Bordos encabeçados com perfil extrudado maciço de 180°, na cor cinza, com a mesma tonalidade do laminado do tampo, admitindo-se pequenas variações decorrentes as características de cada material (brilho, textura). O perfil deve encaixado e fixado com adesivo ao fixado com adesivo ao	R\$ 939,17	R\$ 10.330,87

		10 BE Elellingine		
	tampo, e ser nivelado com			
	as suas superfícies. –			
	Estrutura constituída de:			
	Estrutura em aço carbono			
	com pés, com trava em			
	MDF entre os mesmos. –			
	Fixação do tampo á			
	estrutura através de			
	parafusos de roscas com			
	buchas metálicas. –			
	Sapatas reguláveis em			
	nylon ou polipropileno			
	injetado. – Terminações			
	de tubos em plásticos			
	injetado, na cor cinza ou			
	preta, fixadas através de			
	encaixe. Estas não devem			
	ser retiradas sem uso de			
	ferramentas. – Passas fios.			
	 Acabamento das partes 			
	metálicas em pintura em			
	pó, brilhante na cor cinza			
	ou preta. – Todos os			
	encontros de tubos ou			
	uniões de partes metálicas			
	devem receber solda em			
	toda a extensão da união.			
10	Armário Copa/Cozinha	01	R\$ 624,00	R\$ 624,00
10	Revestimento: Laminado	01	ΚΦ 024,00	ΚΦ 024,00
	Melaminico, Material: MDF,			
	Altura: 0,60 M, Cor: Branca,			
	Tipo: De parede, Largura:			
	1,20 M,			
	Profundidade: 0,35 M,			
	Quantidade Portas: 3 UN,			
	Quantidade Prateleiras: 1UN,			
	Padrão Acabamento:MDF -			
	Armário			
	Copa/Cozinha Revestimento:			
	Laminado			
	Melaminico, Material:			
	MDF, Altura: 0,60 M, Cor:			
	Branca, Tipo: De parede,			
	Largura: 1,20 M,			
	Profundidade: 0,35 M,			
	Quantidade Portas: 3 UN,			
	Quantidade Prateleiras: 1 UN,			
1	Padrão Acabamento:			
	MDF			



				1 .
11	CADEIRA	16	R\$ 1.271,83	R\$ 20.349,28
	ESTOFADA: Estrutura			
	madeira Jequitibá com			
	encosto anatômico e			
	espuma do assento D33			
	SOFT com espuma do			
	encosto D26.			
	Acabamento Jequitibá			
	Nogal. Peso: 14kg.			
	Capacidade suportada:			
	120kg. Tecido: 68%			
	polipropileno, 24%			
	poliéster e 8% resina.			
	Altura do chão até o			
	assento: 46cm.			
12	CADEIRA	10	R\$ 218,75	R\$ 2.187,50
	SECRETARIA:			,
	Assento estofado com			
	espuma (D26) e			
	revestido em tecido			
	100% poliéster,			
	encosto em tecido			
	mesh preto, estrutura			
	em polipropileno e			
	metal, base cromada,			
	rodízios em nylon,			
	pistão a gás classe 3.			
	Altura do assento: 44 a			
	54cm. Capacidade			
	suportada: 95kg			
13	CADEIRA DE	01	R\$ 1.306,30	R\$ 1.306,30
1.5	COURO MARRON	01	1.500,50	1.500,50
	PRESIDENCIA:			
	Estrutura do produto			
	em metal e madeira,			
	assento e encosto			
	estofados e revestidos			
	em poliuretano			
	marrom, base cromada			
	e rodízios em nylon.			
	Capacidade suportada:			
	150kg			
14	_	04	D¢ 755 00	D\$ 2.022.02
14	POLTRONAS	04	R\$ 755,98	R\$ 3.023,92
	RECEPÇÃO			
	PRESIDENCIA:			
	Estrutura em Aço;			
	Assento em			
	Poliuretano preto;			
	Espuma e Madeira			
	Compensada; Encosto			
	em Poliuretano e			
	Espuma; Pés em Metal.			
	Capacidade suportada:			
	120kg			
	T 11. 1 1 T	Pração Elatrônias nº 01/2	022 CMP	i

Edital de Pregão Eletrônico n.º 01/2023 – CMB Comissão Permanente de Licitações – Rua Terêncio De Carvalho, Nº 345 - Boquim/SE. Fone: (79) 3645-1558



	COI	VIIOSAO DE LICITA	AU	
15	TELEVISÃO 43 POLEGADAS:	01	R\$ 2.222,02	R\$ 2.222,02
	Tamanho da tela: 43".			
	Resolução: 3.840 x			
	2.160. Frequência			
	(Hz): 60. Tipo de Tela:			
	LED 4K. Dimensões:			
	Altura: 55,80 cm.			
	Largura: 96,30 cm.			
	Profundidade: 5,90 cm.			
	Peso: 8,10 kg			
16	MESINHA	02	R\$ 124,99	R\$ 249,98
	LATERAL: Cor			
	tampo: branca. Pés:			
	Madeira Jequitibá			
	Altura: 62 cm.			
	Diâmetro do Tampo da			
	Mesa: 45 cm Material			
	Tampo: MDF de			
	15mm.; Pés em			
	Madeira Pinos Maciça			
	Envernizada. Pintura			
	em UV com Brilho			
17	FRIGOBAR	01	R\$ 1.950,00	R\$ 1.950,00
	PRESIDENCIA:			
	Frigobar no estilo retrô			
	branco. Pés pálido e			
	puxador em			
	acabamento dourado.			
	Dimensões: Altura:			
	80.70 cm. Largura:			
	48.20 cm.			
	Profundidade: 51,90			
	cm. Peso: 30 kg			

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DE PROPOSTAS

A proposta deve atender aos requisitos constantes neste Termo de Referência, não sendoadmitida qualquer proposta que venha a apresentar modificação nas especificações, condições eprazos determinados pela Câmara Municipal de Boquim;

Será redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em papel timbrado ou impresso, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, datada, contendo preçounitário, parcial e total por item em algarismo, em moeda corrente do país, devendo a última

folha ser assinada e as demais rubricadas pelo representante legal;

O valor global de cada item e da Proposta deverá ser apresentado em algarismos e ao finalda proposta por extenso;

A Proposta de Preços deverá conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como nomedo proponente ou seu representante legal, CPF e cargo na empresa, bem como, a sua assinatura;

Ter validade mínima de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da apresentaçãoda proposta;

Edital de Pregão Eletrônico n.º 01/2023 – CMB Comissão Permanente de Licitações – Rua Terêncio De Carvalho, Nº 345 - Boquim/SE. Fone: (79) 3645-1558



Conter descrição clara e detalhada do material ofertado, **indicando nome, marca e modelo, bem como prospectos/catálogo/folder e outros elementos que melhor os identifiquem (conforme o caso e a aplicação)**;

Ser nominal a Câmara Municipal de Boquim/SE, CNPJ: nº 32.765.885/0001-06, localizada no Parque Citrícola Governador João Alves Filho, s/n, Centro, Boquim/SE;

Conter o prazo de entrega dos materiais, **de forma integral**, que não poderá ser superior a 05 (cinco) dias, contada da Ordem de Fornecimento emitida pela Câmara Municipal de Boquim.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- UO: CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM;
- AÇÃO: 1002 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIARIOS E VEÍCULOS;
- CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4490520000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE;
- FR: 15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS MATERIAIS.

Os materiais solicitados, quando contratados, serão entregues de **forma integral**, no prazo de até **05** (**cinco**) **dias**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento a ser emitida pela Câmara Municipal de Boquim/SE, CNPJ: nº 32.765.885/0001-06, localizada no Parque Citrícola Govvernador João Alves Filho, s/n, Centro, Boquim/SE, no seu horário de expediente das 07:00 às 13:00 horas, aqual se responsabilizará pela distribuição desses materiais junto às unidades escolares deste Município, conforme descrito no Anexo I deste Termo;

Os materiais – equipamentos e aparelhos eletros – deverão ser novos, de primeiro uso, defabricação nacional ou importada, bem como estar em perfeitas condições de uso e não possuir qualquer tipo de violação e sem qualquer ocorrência que demonstre incompatibilidade com cadaproduto;

Todos os produtos deverão possuir garantias documentadas de no mínimo 01 (um) ano conforme as especificações contidas no descritivo de cada item.

Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência devendo ser substituídos no prazo de até **05** (**cinco**) **dias úteis**, a contar da notificação da futura contratada, às suas custas, sem prejuízoda aplicação das penalidades;

Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de até **05** (**cinco**) **dias**, contados do seu recebimento, após verificação da qualidade e quantidade do material empregado, e consequente aceitação mediante Termo Circunstanciado;

O recebimento definitivo dos itens descritos neste projeto, não exclui a responsabilidade da futura contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos termos do contrato.

RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo e sua proposta, assumindo, como exclusivamente, seus, os riscos e as despesas decorrentes, e ainda efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo, na qual constarão as indicações referentes à: marca modelo, procedência, materialempregado, e prazo de garantia ou validade;

†

ESTADO DE SERGIPE CÂMARA MUNICIPAL DE BOQUIM COMISSÃO DE LICITAÇÃO

O faturamento acompanhado da respectiva Nota Fiscal dos Equipamentos deverá ser encaminhado à Câmara Municipal de Boquim/SE, CNPJ: nº 32.765.885/0001-06, localizada no Parque Citrícola Governador João Alves Filho, s/n, Centro, Boquim/SE;

Responder por todas as despesas decorrentes dos tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre a entrega dos materiais do objeto deste Termo, bem como asnecessárias para a completa execução do mesmo;

Responder por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e securitárias que incidamou venham a incidir sobre a execução do objeto deste Termo de Referência, bem como as necessárias para a execução do mesmo;

Não ter sido declarada suspensa de licitar e contratar com o Município de Boquim/SE, ou inidônea pela Administração Pública;

Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente contratação ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na norma tributária, sem direito areembolso;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo, o objeto comavarias ou defeitos.

ATRIBUIÇÕES DO CONTRATANTE

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

Verificar, no prazofixado, a conformidade dos materiais entregues provisoriamente com asespecificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar, quando contratado, por escrito, à Contratada, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja substituído;

Acompanhar a entrega dos materiais para o cumprimento das obrigações da futura Contratada, através de comissão especialmente designado;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratadacom terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Termo de Referência, bem como porqualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da futura Contratada, de seusempregados, prepostos ou subordinados.

Os pagamentos devidos serão efetuados pela Câmara Municipal de Boquim, após o recebimento dos materiais solicitados por meio de Ordem de Fornecimento.

CONDICÕES GERAIS

Lei nº 10.520/02 - Lei nº 8.666/93 - Decreto Municipal 16 de 11 de outubro de 2019 e ainda, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



Declaro, para todos os fins, que as especificações contidas neste Termo de Referência, atendem às necessidades desta Casa Legislativa Municipal, não há direcionamento de marcas e não restringe o caráter competitivo, seguindo as normas da Lei Federal nº 10.520/02, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 104, de 17 de março de 2020, subsidiado pela Lei Federal nº 8.666/93. Câmara Municipal de Boquim/SE, 22 de março de 2023.

Wesley Santos Silva Membro de CPL



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2023

Rei.: PREGAU ELETRUNICO N.º 01/2023	
completo), inscrita no CNPJ nº	
legal o(a) Sr(a)e do CPF n°e	, portador(a) da Carteira de
disposto no art. 4°, VII, da Lei Federal n° da Lei n° 10.520 de 17 de juli requisitos exigidos para a habilitação e que a proposta apresentada está em licitação modalidade Pregão Eletrônico n° 01/2023.	ho de 2002, declara quecumpre plenamente os
(local e data	
(Nome e assinatura do representante legal ou procurador do licitante)	
Observação: a) a Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em pelo representante legal da empresa;	papel timbrado dalicitante e estar assinada



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2023				
A empresa,	inscrita no	CNPJ		or
intermédio do seu representante legal a presente data, inexistem fatos impeditivos para s contratar com o Poder Público e não se encontra sus Estaduais ou Municipais, cientes da obrigatoriedad	sua habilitaçã spensa do dire	o, no processo liceito de licitar ou c	, declara sob as penas da lei,que, a citatório. Declara-se idônea para licitar ontratar com as Administrações Federai	e
Localidade,	de	de		
(ass	inatura/carim	ıbo)	-	



ANEXO IV MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2023

A (nome da empresa), i intermédio de seu representante legal o(a) S CPF n°_,DECLARA, para fins do disposto no in Lei n° 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não en e não emprega menores de dezesseis anos.	Sr(a). nciso V do art. 26 da Le	_,portador(a) i nº 8.666,de 2	da Carteira de Identio 21 de junho de 1993,ac	dade nº_edo rescido pela
Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze an	os, na condição de apre	endiz - SIM ()	NÃO()	
, dede				
Representante legal (carimbo e assinatura do responsável legal)	_			
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a re	essalva acima).			
A Declaração em epígrafe deverá ser apresen representante legal da empresa	ıtada em papel timbr	ado da licitan	nte eestar assinada pe	elo

ANEXO V

MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

Referência: Edital de PREGAO ELETRONICO N.º 01/	2023Objeto:
Senhor Pregoeiro,	
Proposta que faz a empresa	, inscrita no CNPJ-MF sobo nº
, estabelecida à	
para a prestação de serviços, conforme estabelecido no Ano	exo I – Termo de Referencia do Editalde Pregão nº 01/2023.

Item	Descrição do material			Val	Valo
		Quantidade	Marca	or unit ário	Total
	Ar Condicionado capacidade de Refrigeração 60000 BTUS - Ar				
	Condicionado capacidade de Refrigeração 60000 BTUS TIpo				
01	SPLIT Preso Teto. com controle remolo sem fio, na cor branca,	03			
	tensão 220/V trifásio, com etiqueta de Eficiência Energetica,				
	garantia mínima de 12 meses.				
	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT HI-WALL (SEM				
02	INSTALAÇÃO NO LOCAL): CAPACIDADE DE	12			
	REFRIGERAÇÃO DE 12.000 Btu's/h; somente frio				
	funcionamento em 220volts; máquinas novas; Fabricante de				
	referência: Spring Carrier ou equivalente AR				
	CONDICIONADO TIPO SPLIT HI-WALL (SEM				
	INSTALAÇÃO NO LOCAL): CAPACIDADE DE				
	REFRIGERAÇÃO DE 12.000 Btu's/h; somente frio:				
	funcionamento em 220volts; máquinas novas;				
	Ar condicionado: Tipo Split Frio: Cor: Branca; Eficiencia EN				
	Ar condicionado: Tipo Split Frio: Cor: Branca; Eficiencia				
	ENERGETICA "A" CONTROLE REMOTO SEM FIO;				
	Potencia: 30.000 BTUS; Certificado: INMETRO; Tensão: 220				
03	V. Garantia minima de 12 meses.	03			
	Edital de Pregão Eletrônico n.º 01/ Comissão Permanente de Licitações – Rua Terêncio De Fone: (79) 3645-1558		5 - Boqui	/SE.	



	Ar Condicionado tipo Slit HI - WALL (sem instalação no local)			
	capacidade de Refrigeração de 9.000 Btu's; somente frio			
04	funcionamento em 220volts;máquinas novas; Fabricante de	03		
	referência: Spring Carrier ou equivalente Ar Condicionado tipo			
	Slit HI - WALL (sem instalação no local); capacidade de			
	Refrigeração de 9.000 Btu's; somente frio; funcionamento em			
	220volts;máquinas novas			
05	Cortina de ar: com 150 cm de largura; com no mínimo duas	03		
	velocidades; tensão de operação 220 Volts; com controle remoto			
	sem fio; Garantia de 1 ano - Cortina de ar: com 150 cm de			
	largura; com no mínimo duas velocidades; tensão de operação			
	220 Volts; com controle remoto sem fio; Garantia de 1 ano			

Item	Descrição do material	Quant	Marca	Valor unitário	Valor Total
06	Refrigerador tipo Domestico frost free de 410 l Refrigerador tipo Domestico frost free de 410 l - linhadomestica	01			
07	Cadeira presidente giratória com braços reguláveis - Cadeira presidente giratória com braços reguláveis, assento e encosto executivo com espuma injetada revestida em tecido preto.	11			
08	Armário com duas portas em MDF com acabamento em PVC. Material em madeira MDF 25mm com perfil de PVC linha 1000. Estrutura em aço em pintura epóxi. Dimensões 95 cm x 43 cm x 159 cm	11			
09	MESA DE TRABALHO – ESTAÇAO EM L Mesa de Trabalho, estação em L com tampo retangular em MDF revestido de laminado melamínico, montada sobresuporte metálico com pés. Cor: Azul com Cinza ou Cinza. Dimensões e Tolerencias – Estação composta pormesa com tampo regular de 1600 x 600 mm +/- 10 mm, conexão angular 90°, mesa para computador de 1000 x 600 mm +/- 10mm, - altura: 750 mm +/- 5 mm. Gaveteiro fixo de 2 gavetas com chaves com corrediças metálicas, teclado retrátil e suporte móvel para CPU. – Para acomodação de pessoas com cadeiras de rodas (PCR) e atendimento ás exigências da ABNT NBR 9050a mesa deve possuir altura livre sob o tampo: mínima de 730mm. – Espessura do tampo: 25,8MM +/- 0,6 mm. – Tolerâncias para camadas de tintas: Mínima 40 micrometros/máximo de 100 micrometros. CARACTERISTICAS: Tampo em MDF, com a espessura de 25mm, revestido na face inferior com laminado melamínico de baixa pressão (BP), e na face superior com laminado melaminico de alta pressão, de 0,8 mm de espessura, cor cinza, acabamento texturizado. – Bordos encabeçados com perfil extrudado maciço de 180°, na cor cinza, com a mesma tonalidade do laminado do tampo, admitindo-se pequenas variações decorrentes as características de cada material (brilho, textura). O perfil deve encaixado e fixado com adesivo ao tampo, eser nivelado com as suas superfícies. – Estrutura constituída de: Estrutura em aço carbono com pés, com trava em MDF entre os mesmos. – Fixação do tampo á estrutura através de parafusos de roscas com buchas metálicas. – Sapatas reguláveis em nylon ou polipropileno injetado. – Terminações de tubos em plásticos injetado, na cor cinza ou preta, fixadas através de encaixe. Estas não devem ser retiradas sem uso de ferramentas. – Passas fios. – Acabamento das partes metálicas em pintura em pó, brilhante na cor cinza ou preta. – Todos os encontros de tubos ou uniões de partes metálicas devem receber solda em toda a extensão da união.	11			



10	Armário Copa/Cozinha Revestimento: LaminadoMelaminico, Material: MDF, Altura: 0,60 M, Cor: Branca, Tipo: De parede, Largura: 1,20 M, Profundidade: 0,35 M, Quantidade Portas: 3 UN, Quantidade Prateleiras: 1 UN, Padrão Acabamento: MDF - Armário Copa/Cozinha Revestimento: Laminado Melaminico, Material: MDF, Altura: 0,60 M, Cor: Branca, Tipo: De parede, Largura: 1,20 M, Profundidade: 0,35 M, Quantidade Portas: 3 UN, Quantidade Prateleiras: 1 UN, Padrão Acabamento: MDF			
11	CADEIRA ESTOFADA: Estrutura madeira Jequitibá com encosto anatômico e espuma do assento D33 SOFT com espuma do encosto D26. Acabamento Jequitibá Nogal. Peso 14kg. Capacidade suportada: 120kg. Tecido: 68% polipropileno, 24% poliéster e 8% resina. Altura do chão até o assento: 46cm.	16		
12	CADEIRA SECRETÁRIA: Assento estofado com espuma (D26) e revestido em tecido 100% poliéster, encosto em tecido mesh preto, estrutura em polipropileno e metal, base cromada, rodízios em nylon, pistão a gás classe 3. Altura do assento: 44 a 54cm. Capacidade suportada: 95kg	10		
13	CADEIRA DE COURO MARROM PRESIDÊNCIA: Estrutura do produto em metal e madeira, assento e encosto estofados e revestidosem poliuretano marrom, base cromada e rodízios em nylon. Capacidade	01		
	sup rtada: 150kg			



14	POLTRONAS RECEPÇÃO/ PRESIDENCIA: Estrutura em Aço; Assento em Poliuretano preto; Espuma e Madeira Compensada; Encosto em Poliuretano e Espuma; Pés em Metal. Capacidade suportada: 120kg	04	
15	TELEVISÃO 43 POLEGADAS: Tamanho da tela: 43". Resolução: 3.840 x 2.160. Frequência (Hz): 60. Tipo de Tela: LED 4K. Dimensões: Altura: 55,80 cm. Largura: 96,30 cm. Profundidade: 5,90 cm. Peso: 8,10 kg	01	
16	MESINHA LATERAL: Cor tampo: branca. Pés: Madeira Jequitibá Altura: 62 cm. Diâmetro do Tampo da Mesa: 45 cm Material Tampo: MDF de 15mm.; Pés em Madeira Pinos Maciça Envernizada. Pintura em UV com Brilho	02	
17	FRIGOBAR PRESIDENCIA: Frigobar no estilo retrô branco. Pés pálido e puxador em acabamento dourado. Dimensões: Altura: 80.70 cm. Largura: 48.20 cm. Profundidade: 51,90 cm. Peso: 30 kg	01	

Valor Total: **R\$ R\$159.913,39** (cento e cinquenta e nove mil, novecentos e treze reais e trinta e nove centavos) *** Deverá informar a marca/fabricante e modelo/referência de cada item cotado, este últimose houver.

*Apresentar prospectos conforme 7.3.2 do edital.

Prazo de validade Local e data

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)

OBS.: Este documento deverá ser emitido em papel que identifique a licitante. da presente proposta: (mínimo de 60 dias)

